



A estrutura das paisagens urbanas: o fortalecimento da pesquisa e da prática

J.W.R. Whitehand^{1b}

School of Geography, Earth and Environmental Sciences, University of Birmingham, Birmingham B15 2TT, UK. E-mail: J.W.R.Whitehand@bham.ac.uk

Publicado originalmente em:

Whitehand, J. (2009). *The structure of urban landscapes: strengthening research and practice*. *Urban Morphology* 13(1), 5-27.

Tradução: Staël de Alvarenga Pereira Costa^a^{1b}, Maria Cristina Villefort Teixeira^b^{1b} e Elieth Amélia de Sousa^c^{1b}

^a Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Urbanismo, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: staelalvarenga@gmail.com

^b Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Projeto, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: mcrisvt@gmail.com

^c Universidade Federal de Minas Gerais, PPG-ACPS, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: elieth.ameli@gmail.com

Submetido em 27 de dezembro de 2024. Aceito em 30 de dezembro de 2024.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v12i2.440>

Resumo. Os métodos de articulação da estrutura histórico-geográfica das paisagens urbanas são fundamentais para a morfologia urbana e apresentam um potencial considerável, porém pouco reconhecidos no planejamento. M. R. G. Conzen proporcionou uma expressiva contribuição para o seu desenvolvimento, principalmente entre o final dos anos 1950 e 1980. Ele demonstrou que, em cidades britânicas tradicionais, a forma delas historicamente estratificada reflete os resíduos distintivos de períodos passados e dá origem a uma hierarquia de regiões morfológicas ou unidades de paisagem urbana. Nos últimos vinte anos, houve aplicações e adaptações dos métodos de Conzen com demonstrações do seu potencial em conservação e planejamento do patrimônio, em diversas partes do mundo, incluindo o Extremo Oriente. No entanto, é essencial que a regionalização morfológica urbana seja fundamentada na sensibilidade à dinâmica da paisagem urbana e, especialmente, por comparações de diferentes áreas urbanas, que haja consciência do nível de resolução no qual estas unidades são delimitadas. Cuidadosamente aplicado, este método pode trazer importante contribuição para enfrentar um dos grandes desafios que a morfologia urbana enfrenta hoje: o fornecimento de bases sólidas para pesquisa comparativa e sua aplicação na prática de planejamento.

Palavras-chave. unidade de paisagem urbana, região morfológica, paisagem urbana histórica, Conzen, fringe belt, conservação urbana

Introdução

Não obstante a quantidade de pesquisas em morfologia urbana, ainda há muito a ser feito para desvendar os constituintes básicos do

objeto de investigação neste campo do conhecimento: a forma física das áreas urbanas. Ao longo da história deste campo, o foco da pesquisa tem sido frequentemente referido como paisagem urbana ou

Stadtlandschaft (Passarge, 1930). Durante as décadas intermediárias do século XX, M. R. G. Conzen (1958, 1960) proporcionou extensivas contribuições, por exemplo, no reconhecimento e investigação dos “complexos de forma” (plano urbano, tecidos urbanos e uso e ocupação do solo), que compõem a paisagem urbana. Ele ampliou efetivamente os estudos pioneiros anteriores de acadêmicos como Fritz (1894) e Schlüter (1899a, 1899b). No entanto, apesar da contribuição de Conzen e de pesquisadores subsequentes (veja, por exemplo, Kropf (1993) para um tratado ampliado sobre as principais partes do trabalho de Conzen), os princípios relativos à composição da forma urbana e aos processos que a fundamentam têm sido morosos para se estabelecer, principalmente nas partes históricas.

As tentativas de pesquisa comparativa muitas vezes têm que apropriar uma infinidade de estudos de caso usando definições diferentes ou não especificadas. Isso não é apenas um obstáculo ao pensamento conceitual, mas também cria dificuldades quando a morfologia urbana é aplicada no planejamento.

Um aspecto importante deste estudo que demanda maior rigor é o mapeamento da estrutura de paisagens urbanas. Embora o reconhecimento e a delimitação de áreas de distinção morfológica tenham sido relevantes na morfologia urbana desde os seus primórdios como um campo sistemático de estudo (Fritz, 1894), nesta pesquisa, o potencial total desse tipo de trabalho ainda precisa ser realizado. O seu emprego na prática de planejamento muitas vezes está ausente ou é usado de maneiras incorretas por pesquisas relevantes.

Praticamente todos os morfólogos urbanos com treinamento em geografia provavelmente reconheceriam que a estrutura geográfica de uma paisagem urbana pode ser interpretada como um tipo de mosaico de unidades com vários graus de distinção. No entanto, há necessidade de maior acuidade nos métodos de caracterização e delimitação dessas unidades, bem como uma apreciação mais ampla do seu papel no planejamento. Este artigo é um passo para corrigir tais deficiências. Ele descreve e reflete sobre pesquisas e práticas relacionadas a esse tópico

em várias e diferentes partes do mundo, com base em estudos publicados e trabalhos inéditos do autor e outros. A principal preocupação é com o método de regionalização de Conzen e seu desenvolvimento nos últimos vinte anos.

Ao contextualizar este tema, é útil observar três dos inúmeros fatores que há muito tempo são reconhecidos por seu papel na diferenciação geográfica das paisagens urbanas.

Inicialmente, as diversas funções dos locais numa área urbana tendem a ser diferenciadas pela forma física e localização: por exemplo, certas atividades comerciais se aglutinam em formas distintas das áreas residenciais.

Em segundo lugar, o caráter físico e socioeconômico existente nas áreas nas quais o desenvolvimento e a transformação urbana ocorrem, fornecem uma estrutura que influencia a forma do que é adicionado ou alterado — unidades de propriedade, por exemplo, são influências significativas na extensão e na forma do desenvolvimento (Ward, 1962).

Em terceiro lugar, extensões à área urbana e mudanças internas têm atributos que refletem os ‘períodos morfológicos’ nos quais a história do desenvolvimento urbano é dividida (Conzen, 1960, p. 7-9; 1969, p. 127). Esses períodos morfológicos são acentuados no solo pela propensão de acréscimos externos à área construída ao serem formados por uma sucessão de tendências de rápido crescimento residencial, cada qual com características físicas particulares, como estilos arquitetônicos: os períodos de rápido crescimento isolados por crescimento lento ou estagnação associados a uma limitação física no crescimento — uma linha de fixação (Conzen, 1960, p. 40; 1969, p. 125) — ou uma queda na construção de edificações, ou ambos. Durante a estagnação ou crescimento lento, o uso predominantemente extensivo de terras não residenciais tende a formar uma zona de *fringe belts* ao redor da borda da área construída (Conzen, 1960, p. 58; 1969, p. 125). A formação dessa zona de *fringe belts* é frequentemente descontínua e seguida pela formação de uma zona adicional residencial distinta, mais distante durante o próximo período de rápido crescimento. A criação dessa forma de uma série de zonas de *fringe*

belts aproximadamente concêntricos e a influência destes nas mudanças subsequentes em paisagens, agora incorporadas na área urbana, foram amplamente reconhecidas (M. P. Conzen, 2009).

A paisagem urbana é o produto da combinação dessas e de muitas outras forças. As unidades geográficas reconhecidas na articulação do caráter histórico-geográfico e no processo de formação desse produto foram descritas por vários termos. Entre os que ocorrem com mais frequência e têm significados virtualmente idênticos estão: região morfológica, região morfogenética, unidade de paisagem urbana, região de paisagem urbana e unidade de paisagem urbana. Para a maioria dos propósitos, essas unidades serão referenciadas como unidades de paisagem urbana e o processo de identificação e mapeamento será denominado 'regionalização morfológica'. Ocasionalmente, termos equivalentes empregados por outros autores serão utilizados ao citar seus trabalhos. O reconhecimento, o caráter e a delimitação de tais unidades, ou regiões, não são apenas centrais para a morfologia urbana geográfica, mas também importantes em sua aplicação no planejamento.

Mapas e plantas desempenham papel proeminente nas representações de morfologistas urbanos. Na verdade, eles são essenciais tanto para as explicações da forma urbana quanto para propostas de planejamento, principalmente aquelas para a preservação cultural, cujos graus variados se baseiam na compreensão dessa forma. No entanto, embora muitos aspectos da forma urbana se prestem bem à expressão cartográfica — a planta baixa é um caso óbvio — outros são menos prontamente representados dessa forma. Por exemplo, cenas de rua, cada uma das quais pode ser vista de uma infinidade de ângulos, são virtualmente impossíveis de capturar de forma sucinta cartograficamente.

Maior complexidade é requerida quanto às variações na posição física do observador se numa paisagem urbana forem adicionadas variações entre grupos e indivíduos na percepção do que é observado. Essas questões relacionadas aos pontos de vista físico e cultural daqueles que observam paisagens

urbanas não são abordadas neste artigo, embora sejam objetos de pesquisas contínuas (veja, por exemplo, Birkhamshaw, 2005).

O foco da atenção no presente artigo são os objetos – estruturas e espaços – que podem ser observados diretamente no solo. É em relação a esses objetos tradicionais de investigação em morfologia urbana que os conteúdos e a delimitação de áreas serão considerados. Para pesquisadores, ela contribui na compreensão das variações espaciais entre áreas onde os limites são reconhecidos. Para planejadores, os limites são um meio importante na distinção das áreas nas quais diferentes políticas se aplicam: idealmente, as políticas e os limites que se relacionam a elas decorrem da compreensão, embora na realidade muitas vezes eles não consigam fazer isso.

Os fundamentos da regionalização morfológica

No decorrer da primeira metade do século XX, houve inúmeras tentativas, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, de reconhecer, descrever e delimitar padrões observáveis nos conteúdos físicos das paisagens. As variações altamente complexas inter e intra-urbanas nesses padrões eram evidentes. As primeiras tentativas, principalmente na Europa de língua alemã, tendiam a se basear em pesquisas históricas e histórico-geográficas.

No entanto, na década de 1920, os esquemas elaborados para classificação tornaram-se excessivamente extensos em relação às fontes de informação sobre os processos e funções históricas disponíveis e subjacentes à forma urbana. As classificações descritivas de formas se multiplicaram sem uma base explicativa adequada para os fenômenos que estavam sendo examinados. A tendência de se preocupar com a morfografia descritiva, em contraste com a morfologia explicativa, foi o assunto de muitas críticas, notavelmente citadas por Bobek (1927). Apesar disso, esta fraqueza continuou sendo observada no mundo de língua inglesa, muito depois da Segunda Guerra Mundial.

De longe, o avanço mais importante foi o estudo de Conzen sobre a cidade mercantil inglesa de Alnwick (Conzen, 1960). Amplamente reconhecido como inovador no campo da análise de planos, foi, dentre outros itens, uma notável demonstração de como o

desenvolvimento histórico de um aspecto importante da forma urbana poderia ser expresso em grande detalhe cartograficamente (Conzen, 1960, Fig. 20). Particularmente impressionante é a atenção detalhada dada à estrutura do lote na planta cadastral da cidade ao revelar seu desenvolvimento histórico: as delimitações de unidades de planta de Conzen, ou áreas distintas do tipo de planta baixa, expressavam a “granulação” histórica da cidade.

O mais importante de tudo é como ele foi realizado, por meio de um método e conceitos de ampla importância no desenvolvimento histórico-geográfico de cidades: as áreas e limites que foram mapeados retratam a geografia histórica da forma urbana que tem relevância, muito além dos limites desta cidade-mercado individual.

Conzen reafirma no primeiro parágrafo do primeiro capítulo de Alnwick que o plano, ou *layout* bidimensional, de uma área urbana é apenas um dos três componentes (ou ‘complexos de forma’) de seu caráter morfológico, sendo os outros dois a forma do edifício e o padrão de uso e ocupação do solo. Todos esses componentes ele havia examinado anteriormente em outro lugar: planta e forma de construção nas cidades de Havel, perto de Berlim (Conzen, 1932), e forma de construção e uso e ocupação do solo na cidade portuária inglesa de Whitby (Conzen, 1958). Ele examinou os três componentes combinados num estudo subsequente no qual reuniu e mapeou os resultados de pesquisas de campo anteriores de várias cidades britânicas. (Conzen, 1966). Num desenvolvimento posterior mais detalhado sobre a cidade fronteiriça anglo-galesa de Ludlow (Conzen, 1975), publicado em 1984 (Conzen, 1988), foi constituído o cerne do pensamento sobre os componentes da paisagem urbana, o modo como eles se combinam e o significado dessa combinação para a sociedade e o planejamento da preservação cultural. Após a morte de Conzen, a descoberta de numerosos manuscritos não publicados sobre os seus estudos de várias datas, até o final da década de 1980, permitiu a publicação de uma coleção de ensaios (Conzen, 2004), o que ampliou o escopo geográfico, esclareceu argumentos fundamentais e clareou detalhes metodológicos. Outras fontes de informação

sobre o pensamento de Conzen estão contidas nas notas manuscritas, mapas e planos de trabalho desenhados à mão, que estão arquivados na “*Coleção M. R. G. Conzen*”, na Universidade de Birmingham.

Este constitui um aspecto notável do desenvolvimento do pensamento conceitual e metodológico em morfologia urbana porque, há mais de duas décadas após a sua conclusão e mais de meio século após o seu início, ainda é um ponto de partida básico para a discussão sobre unidades de paisagem urbana. É a Conzen que devemos grande parte da estrutura conceitual que sustenta a morfologia urbana histórica e não apenas o método básico de regionalização.

A base conzeniana da regionalização morfológica

A importância da regionalização morfológica para Conzen relaciona-se à visão ampla da paisagem cultural, tanto urbana quanto rural, na qual a paisagem é o registro em desenvolvimento da atividade humana: quanto mais antiga, mais incompleta, pois as novas se adaptam ou substituem os produtos altamente complexos das antigas variações inter e intra-urbanas desses padrões.

Dessa forma, a paisagem se torna uma ‘objetivação do espírito’ de uma sociedade em um determinado local que, com o tempo, desenvolve seu *genius loci* específico. Isso reflete não apenas os esforços da sociedade que ocupa a paisagem no momento, mas também aqueles de seus antecessores. Para Conzen, as regionalizações morfológicas são, como a própria paisagem, um registro cumulativo, embora incompleto, da sucessão desses esforços que desenvolveram num lugar específico (Conzen, 1966, pp. 58-59).

Em termos práticos, o ponto de partida para tal regionalização é a estruturação histórico-geográfica da paisagem. Existem padrões nessa estruturação que expressam as histórias das várias partes da paisagem, que a regionalização morfológica busca apreender. Para compreender esses padrões geográficos numa área urbana, é necessário avaliar como os vários componentes da paisagem urbana se relacionam tanto com as agências e atividades subjacentes quanto entre si. A planta cadastral fornece a estrutura para as formas de construção, o padrão de uso do solo e os

edifícios contêm a parte apropriada na ocupação do solo. Todos esses componentes derivam seu caráter do contexto histórico e cultural no momento da sua criação e adaptação. O contexto histórico em si exibe regularidades: há períodos durante os quais grande quantidade de formas semelhantes são reproduzidas, separadas por intervalos mais curtos, quando novos tipos são introduzidos.

Esses, por sua vez, tornam-se os tipos dominantes ao longo de um período morfológico subsequente. Por exemplo, uma transição de um período morfológico para outro ocorreu amplamente, especialmente no mundo ocidental, pouco antes, durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial: em particular, o movimento subúrbio-jardim se tornou uma grande influência, manifestada mais notavelmente nas duas a três décadas subsequentes, na forma das cidades. Os períodos morfológicos refletem mudanças socioeconômicas e políticas vinculadas em vários graus à introdução e disseminação de um vasto número de inovações artísticas, técnicas e outras (Whitehand, 1977). Elas são uma característica importante, não apenas da maneira como novas formas são adicionadas nas bordas das cidades, mas também de mudanças internas e substituições de formas existentes.

Em geral, a planta cadastral é o componente mais resistente a mudanças, exigindo grande investimento de capital, particularmente no caso de traçados de rua. A forma do edifício também tende a persistir por um longo período de tempo, mas é mais suscetível do que o traçado da rua à destruição por fogo e guerra e à adaptação e substituição relacionadas à mudança de propriedade e função. O padrão de uso do solo e edificações é o mais sujeito a mudanças, pelo menos, dentro e ao redor dos núcleos urbanos – aqui novos impulsos e modos funcionais são predominantes e a mudança é frequentemente facilitada pela posse mais limitada dos ocupantes dos edifícios.

Essas diferenças entre os três componentes em sua mudança ao longo do tempo, combinadas com a distinção dos períodos morfológicos, são evidentes na maneira em que a paisagem urbana é historicamente estratificada. Essa estratificação, refletindo os resíduos distintos

de períodos passados, varia de uma parte de uma área urbana para outra, dando origem a regiões morfológicas ou agrupamentos espaciais de conjuntos de formas. Conforme demonstrado por Conzen (1975, 1988) em Ludlow, uma área urbana é dividida em um mosaico de tais regiões, nas quais distintas unidades relativamente homogêneas de pequena escala existem dentro de unidades maiores de caráter geral mais heterogêneo, mas coerente, definidas pelas semelhanças das unidades constituintes. Há, portanto, uma hierarquia aninhada de unidades. A planta cadastral comumente determina as principais unidades da hierarquia. As menores unidades, ou morfotopos, são geralmente estabelecidas pela forma dos edifícios. Em um artigo escrito em 1985, mas não submetido pelo próprio Conzen para publicação, embora publicado postumamente em seu nome (Conzen, 2004, pp. 60-77), é dito (p. 73) que o uso do solo e edifícios desempenha um ‘papel silenciado’ na definição dos vários níveis de região dentro de áreas tradicionais de cidades por causa de sua ampla conformidade com o plano básico. No entanto, escrevendo muito e ao mesmo tempo, Conzen (1988, p. 261) destaca a contribuição do padrão de uso do solo e dos edifícios para as séries contínuas no Centro Histórico de Ludlow.

Em relação ao Centro Histórico de forma mais geral, Conzen (2004, p. 73) prevê uma hierarquia aninhada de quatro níveis de regiões consistindo no Centro Histórico como um todo; bairros da cidade (unidades determinadas pela planta baixa); unidades de rua e unidades de distrito (formando ‘unidades de bairro’); e morfotopos, ou os menores grupos de edifícios de mistura de período distinto ou domínio de período (às vezes chamados de células de paisagem urbana). Essas observações se relacionam essencialmente às áreas centrais das cidades, que eram o foco principal da atenção de Conzen.

As áreas externas são geralmente mais simples e isso se reflete em uma hierarquia reduzida de unidades.

Reflexões sobre o método de Conzen e suas origens

A base para a elaboração deste método é dupla. Primeiro, houve o trabalho de uma vida

inteira observando e buscando entender paisagens urbanas, ou *townscapes* como Conzen mais frequentemente as denominou, particularmente em relação ao seu desenvolvimento histórico. Isso incluiu pesquisas detalhadas de lote por lote, registradas meticulosamente em cadernos de campo. Em segundo lugar, houve o trabalho realizado por outros pesquisadores, especialmente geógrafos alemães, em paisagens de forma mais geral, incluindo paisagens naturais.

O primeiro desses fundamentos foi discutido num corpo considerável de trabalhos publicados (por exemplo, Slater, 1990; Whitehand, 1981). O segundo fornece base para a regionalização morfológica urbana e é menos conhecido. Ele tem seu antecedente em discussões extensas entre geógrafos de língua alemã sobre a teoria da regionalização, embora não especificamente preocupados com as divisões morfológicas internas das áreas urbanas. O método de Conzen de estabelecer uma hierarquia de divisões morfológicas pela combinação de mapas apresentando áreas unitárias dos três complexos de formas básicas da paisagem urbana é semelhante em princípio ao empregado por Granö (1929), em seu trabalho numa escala regional muito maior. No entanto, o produto final na investigação de Granö trouxe regiões muito reduzidas, às vezes com amplas zonas de fronteiras que não se aninhavam numa hierarquia. O método de Conzen, pelo contrário, expôs que a nitidez de limites é inerente à própria natureza da paisagem urbana e produz uma hierarquia de limites que reflete o desenvolvimento histórico da área urbana.

Este aspecto do pensamento de Granö e Conzen deve ser visto em relação ao extenso corpo de trabalho de geógrafos alemães sobre *Landschaft* (veja, por exemplo, Neef, 1967; Schlüter, 1899b; e o comentário de Arntz, 1999). Com suas origens no século XIX, esta pesquisa, que foi revisada por Hartshorne pouco antes da Segunda Guerra Mundial (Hartshorne, 1939, pp. 149-74), foi parte fundamental do ambiente intelectual no qual Conzen começava a desenvolver suas ideias sobre morfologia urbana no final da década de 1920 e início de 1930. Embora a escala geográfica em que esses geógrafos elaboravam estudos de regionalização sobre

paisagens fosse geralmente muito maior que as divisões internas urbanas, os conceitos envolvidos têm semelhança com os formulados por Conzen. Antecedentes significativos da concepção de Conzen de uma hierarquia de regiões ou unidades podem ser encontrados neste corpo de literatura: eles foram revisados por Bienstman (2007, pp. 112-16) em sua discussão recente sobre a abordagem de Conzen à regionalização morfológica urbana. O conceito filosófico de “objetivação do espírito” também tem suas origens na Alemanha. Na geografia, ele aparece primeiro no trabalho de Schwind (1951). No entanto, ele se originou muito antes em estudos da filosofia da cultura; por exemplo, pelos filósofos alemães Freyer (1934) e Spranger (1936).

Embora o trabalho de base que Conzen empreendeu durante as décadas intermediárias do século XX tenha sido fundamental, o método como é conhecido foi desenvolvido principalmente entre o início dos anos 1960 e meados de 1970. Mudanças em sua própria aplicação entre meados dos anos 1970 e 1980 são evidentes quando se faz uma comparação entre os seus mapas de Ludlow, publicados em 1975, com aqueles publicados em 1988. (Conzen, 1975, p. 99; 1988, p. 258). Até onde se sabe, essencialmente os mesmos dados foram usados em cada ocasião, mas o conhecimento de Conzen sobre Ludlow se ampliou resultando de trabalhos subsequentes entre as datas em que os dois mapas foram produzidos. Não se sabe até que ponto as mudanças nos mapas são atribuíveis a esse conhecimento crescente ao invés de refinamentos no método. O mais próximo que há de um conjunto de regras a serem seguidas na delimitação de limites foi publicado em 1988 (Conzen, 1988, pp. 254-61, esp. 260-1; veja também Conzen, 2004, pp. 60-77). Isso, no entanto, deixa espaço para diferentes interpretações por diferentes pesquisadores. É evidente que a aplicação desse tipo de regionalização morfológica requer conhecimento considerável tanto do desenvolvimento da paisagem urbana particular onde o método está sendo aplicado quanto aos princípios gerais da morfologia urbana. Portanto, diferenças nas delimitações provavelmente vão ocorrer quando díspares pesquisadores aplicarem o método à mesma área urbana.

Resta concluir que a natureza da paisagem urbana, especialmente a sua complexidade, é tal que não é factível formular um conjunto de regras geralmente aplicáveis que cubram todas as circunstâncias.

Outras regionalizações em núcleos urbanos tradicionais

Enquanto Conzen realizava sua pesquisa em Alnwick durante a década de 1950, as abordagens à morfologia urbana por outros pesquisadores tendiam a ser bastante descritivas e raramente davam atenção à importância dos padrões de plotagem. Embora o trabalho sobre explicações históricas da forma urbana continuasse na Europa Central (veja, por exemplo, Keyser, 1958), no mundo de língua inglesa, estudos menos detalhados e mais descritivos, e muitas vezes até certo ponto históricos, prevaleceram (por exemplo, Stedman, 1958; Thurston, 1953). Durante as

duas décadas seguintes à publicação do estudo de Alnwick, os sucessores diretos do trabalho de Conzen foram poucos.

Regionalizações morfológicas semelhantes às que Conzen desenvolveu em Ludlow começaram a se realizar no mundo de língua inglesa no final da década de 1980 e, depois disso, cresceram em número. Dois estudos que replicam de forma próxima ao método de Conzen em núcleos urbanos foram os de Barrett (1996) e Bienstman (2007). Barrett investigou partes consideráveis das áreas centrais de duas grandes cidades britânicas – Birmingham e Bristol. Como no estudo de Conzen (1988) sobre Ludlow, os princípios sobre as delimitações das unidades de paisagem urbana foram baseados em exemplos derivados de unidades reais e tabulados (Barrett, 1996, pp. 175-6) (Figura 1).



Figura 1. Unidades de paisagem urbana em parte do centro de Birmingham, Inglaterra em 1970 (Baseado em Barrett, 1996, figs. 4.16, 4.18, 4.23 e 4.25)

A Figura 1 é baseada nos mapas de Barrett de parte do centro da cidade de Birmingham, apresentando as unidades de plano urbano, das formas de edificações, do uso e ocupação do solo e o produto da combinação desses três

mapas, as unidades de paisagem urbana (ou *townscape*). De acordo com os princípios de Conzen, as unidades de paisagem urbana que receberam a mais alta classificação foram aquelas definidas como limites de primeira

ordem, correspondendo às principais unidades de plano urbano. Elas refletem os principais estágios no desenvolvimento histórico do plano do sistema viário e do padrão de loteamento. Essa sucessão de períodos formativos começa essencialmente nesta área da cidade, no final do século XVII. No final do século XVIII, a maior parte da área havia sido transformada de rural para urbana. Os limites de segunda e terceira ordem refletem mudanças no plano urbano dentro das unidades de primeira ordem, ocasionadas pelas reurbanizações subsequentes, e as mudanças nos parcelamentos existentes, principalmente a partir de meados do século XIX em diante. Eles também apresentam os limites das unidades de uso do solo e das principais unidades de forma edilícias. As regiões de classificação mais baixa (morfotopos), delimitadas por limites de quarta ordem, levam em consideração as variações na forma das edificações e também pequenas diferenciações de plano urbano.

O desenvolvimento urbano e a transformação da maior parte da área de Birmingham examinada por Barrett abrangem menos de 300 anos. Mesmo assim, o padrão de unidades que eles revelam é complexo. Estudos de

núcleos substanciais de cidades e das vilas medievais desde o estudo de Ludlow, por Conzen, sublinharam que parte pode revelar a complexidade dos procedimentos de regionalização, mesmo que a atenção seja restrita a unidades de plano urbano. No núcleo da cidade medieval inglesa de Worcester, Baker e Slater (1992) fornecem evidências para interpretar algumas unidades de plano urbano como extensões planejadas criadas num curto período e outras como produtos fragmentados de desenvolvimento. Como em Alnwick e Ludlow, alguns limites de unidades de plano seguem o alinhamento da rua, enquanto outros seguem limites de lotes internos aos quarteirões.

A recente delimitação de unidades de plano em Sibiu, Romênia, contribuiu para destacar o modo pelo qual o reconhecimento de tipos de unidades de plano urbano, e especialmente tipos de limites de unidades de planos, podem articular variações estruturais fundamentais no desenvolvimento histórico. Na área interna da muralha externa do Centro Histórico Cidade Velha de Sibiu, o padrão intrincado de unidades de plano urbano está longe de ser aleatório (Figura 2).

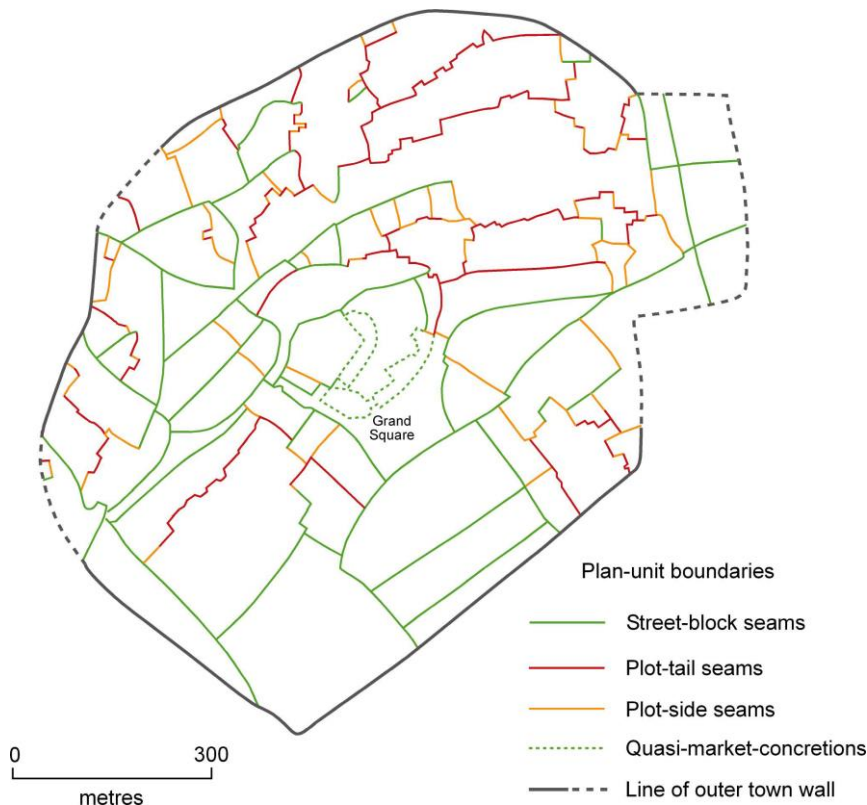


Figura 2. Limites da unidade de plano no centro de Sibiu, Romênia, em 1999 (Fontes principais: pesquisa de campo do autor e um plano na escala de 1:2.500 que acompanha a nomeação do centro histórico de Sibiu para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial)

Há uma distinção entre as unidades menos regulares, em média menores, ao norte e a noroeste (a pequena burguesia e plebeia residente na Cidade Baixa), e as unidades mais regulares, em média maiores, na porção mais rica da Cidade Alta, ao sul e sudeste. Na Cidade Baixa, as ruas tendem a ser menos regulares do que na Cidade Alta e os lotes são,

em média, menores e menos regulares: essas características refletem tanto a incorporação de pequenos assentamentos existentes à medida que a Cidade Baixa cresceu quanto a relativa escassez de extensos projetos de parcelamento planejados nesse crescimento (Figura 3A).



Figura 3. Plantas de partes do centro de Sibiu, Romênia em 1999. (A) Parte da Cidade Baixa. (B) Parte da Cidade Alta (Baseado em planta na escala de 1:2.500 que acompanha a nomeação do Centro Histórico de Sibiu para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial)

A Cidade Alta, pelo contrário, foi amplamente acrescida por uma série de adições planejadas (Figura 3B): ali os lotes se estendem frequentemente em maior número de uma rua principal para uma rua secundária, enquanto na Cidade Baixa são mais comuns as séries de lotes que se apoiam uns nos outros tendo os seus limites internos nos lotes posteriores do quarteirão.

Três tipos diferentes de limites de unidades de plano, ou junções (Conzen, 1969, p. 128), foram mapeados na Figura 2: as junções de quarteirões de rua (segundo o alinhamento das ruas), junções no fundo dos lotes e junções nas laterais de lote. Suas distribuições correspondem amplamente aos contrastes já observados entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, com unidades de plano urbano na Cidade Alta sendo delimitadas predominantemente por junções do

alinhamento da rua ao quarteirão e aquelas na Cidade Baixa sendo mais variadas, tendo predominantemente limites que seguem junções nos fundos ou nas laterais do lote. Embora estudos comparáveis sobre a forma dos edifícios e o uso solo ainda não tenham sido concluídos em Sibiu, é claro que a planta baixa é uma articulação poderosa de desenvolvimento histórico em longo prazo na cidade e, consistente com os princípios estabelecidos por Conzen, é uma estrutura fundamental para o padrão de unidades de paisagem urbana.

Áreas suburbanas

Embora a análise do plano de Conzen de Alnwick cobrisse toda a área urbana, incluindo a borda urbana da época, as áreas residenciais suburbanas com extensão bastante limitada e as delimitações de regiões

morfológicas não faziam parte do estudo. A primeira regionalização suburbana fundada nos princípios conzenianos foi de uma área de dormitórios de Londres amplamente desenvolvida no século XX, embora incorporando edifícios rurais existentes (Whitehand, 1989, pp. 12-13). Contudo, a inter-relação de plano urbano, forma edificada e uso do solo em núcleos urbanos tradicionais – os três complexos formais – possuía essencialmente a mesma classificação nesta pequena área. Uma hierarquia de unidades não foi identificada.

Nas áreas suburbanas um pouco mais complexas, caracterizadas por padrões

variados de ruas e lotes e número maior de tipos de casas isoladas, Jones (1991, pp. 524-547) reconheceu a hierarquia de limites entre unidades, com base no grau de correspondência nos mapas, apresentando diferentes aspectos do desenvolvimento histórico da planta baixa e da estrutura do edifício. As principais características representadas nos mapas foram as transformações nos limites do lote, formas antecedentes, tipo de habitação e idade do edifício. Quanto maior o grau de correspondência entre os limites nos diferentes mapas, mais forte é o limite no mapa composto (Figura 4).



Figura 4. Unidades de paisagem urbana em partes dos subúrbios de Birmingham e Londres, Inglaterra, em 1987 (Baseado em Jones, 1991, Fig. 9.8)

A complexidade de um mapa sobre unidades de paisagem urbana, principalmente as de densidade das unidades e o número de níveis na hierarquia, são produtos não apenas da dificuldade da área mapeada, mas também do nível de resolução onde estas são examinadas. A densidade expressiva de unidades nos mapas sobre as áreas suburbanas onde Jones pesquisou, reflete o alto grau em que elas estavam sujeitas às transformações, em particular, à subdivisão de grandes lotes ajardinados para a inserção de casas adicionais. No entanto, reflete também a extensão do quanto ele considerava, ou seja,

quais aspectos da forma urbana receberiam atenção detalhada, por exemplo, as várias características de lotes e edifícios individuais.

A natureza, a diversidade de funções e o grau de estratificação histórica exercem grande influência no número de níveis na hierarquia das unidades. Assentamentos mais jovens e menores tendem a ter menos níveis do que os mais antigos e maiores. No entanto, mesmo assentamentos relativamente pequenos e jovens podem ter desenvolvido modos complexos para que os vários níveis de unidades tenham aparecido. A área suburbana de Barnt Green, na periferia sul de

Birmingham, Inglaterra, começou a se desenvolver significativamente apenas nas últimas duas décadas do século XIX, com uma estrutura hierárquica de multicamadas. No mapeamento, foi denominado como hierarquia de ‘áreas de caráter’ na Figura 5, uma vez que o mapa foi projetado para uma consulta pública do plano paroquial e este

termo foi pensado para ser mais facilmente compreendido pelo público em geral do que ‘unidades de paisagem urbana’ – pela mesma razão que a descrição ‘espaços comunitários e amenidades’ foi usada em vez de zonas de *fringe belts*, como teria sido o termo correto para o público composto por pesquisadores. (Whitehand, 2007, p. ii-07).

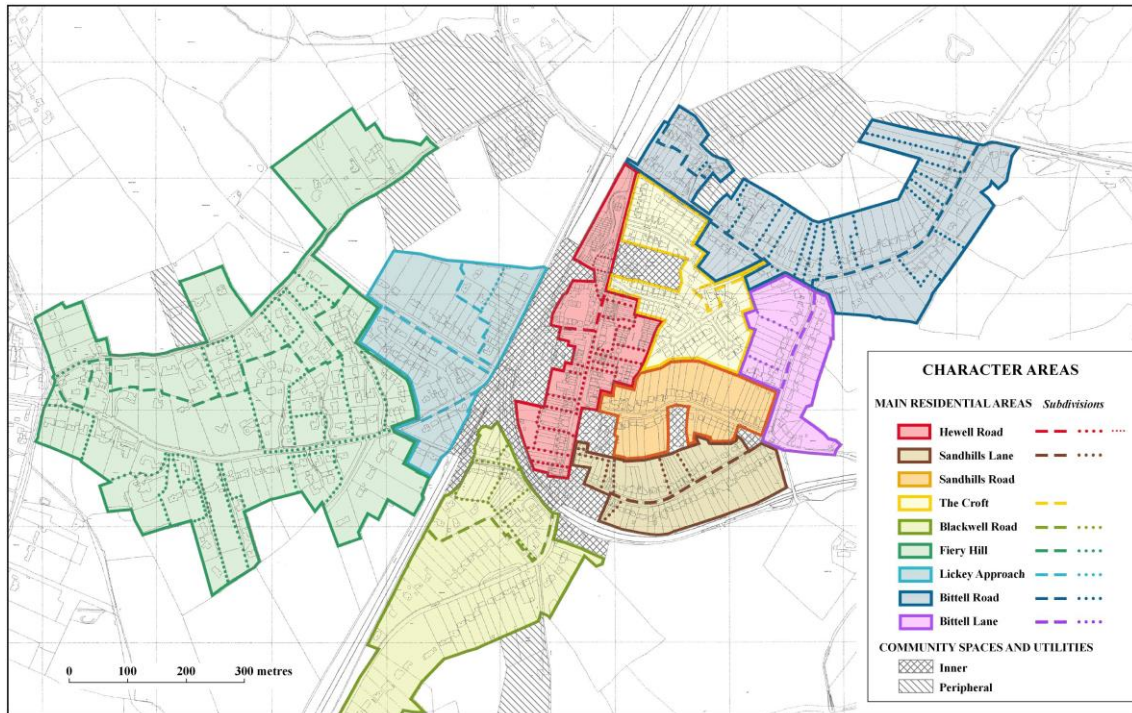


Figura 5. As áreas de caráter de Barnt Green, perto de Birmingham, Inglaterra em 2005 (Fontes principais: pesquisa de campo pelo autor e S. M. Whitehand, e planos da Ordnance Survey na escala de 1:2.500 (pesquisados em 1885 e 1886; revisados em 1902-3, 1925 e 1969))

O padrão hierárquico das áreas das unidades reflete uma série de fatores, incluindo a presença de estradas suburbanas construídas para acesso a essas áreas e pistas rurais adaptadas, como também a subdivisão de lotes de casas individuais grandes o suficiente para possibilitar a criação de *culs-de-sac* para as casas isoladas de maior densidade. Nessa regionalização suburbana, a vegetação foi levada em consideração, além dos três componentes da forma urbana reunidos por Conzen em suas investigações de núcleos urbanos.

Comparações entre áreas

Para que comparações significativas entre áreas sejam feitas é importante traçar os limites no mesmo nível de resolução em cada uma delas. Isso foi feito para duas áreas essencialmente suburbanas, ambas em grande parte produtos do século XX, na Figura 6: uma

para parte de Lantzville, Ilha de Vancouver, Canadá, e outra para parte de Upplands Väsby, ao norte de Estocolmo, Suécia.

Em cada caso, a área apresentada é a parte essencial do assentamento, com o principal *shopping center* localizado na parte central, um para parte de Lantzville, Ilha de Vancouver, Canadá, e o outro para parte de Upplands Väsby, ao norte de Estocolmo, Suécia.

O contraste entre a densidade de unidades nas duas áreas é mais evidente nas áreas residenciais, sendo que as de Upplands Väsby possuem densidade muito maior. Isso é resultante de diferentes processos de crescimento. Em Lantzville, áreas muito extensas foram divididas em lotes adquiridos por famílias que neles edificaram as suas casas. Embora um processo semelhante tenha ocorrido em Upplands Väsby até meados do

século XX, o que até então constituía grande parte de áreas de casas isoladas, posteriormente foram anexadas e transformadas para formar mosaicos compostos de pequenas unidades residenciais

distintas. Essas novas unidades eram em grande parte pequenas “propriedades” homogêneas de casas geminadas ou isoladas ou séries de blocos de apartamentos: algumas como produtos de reformas.

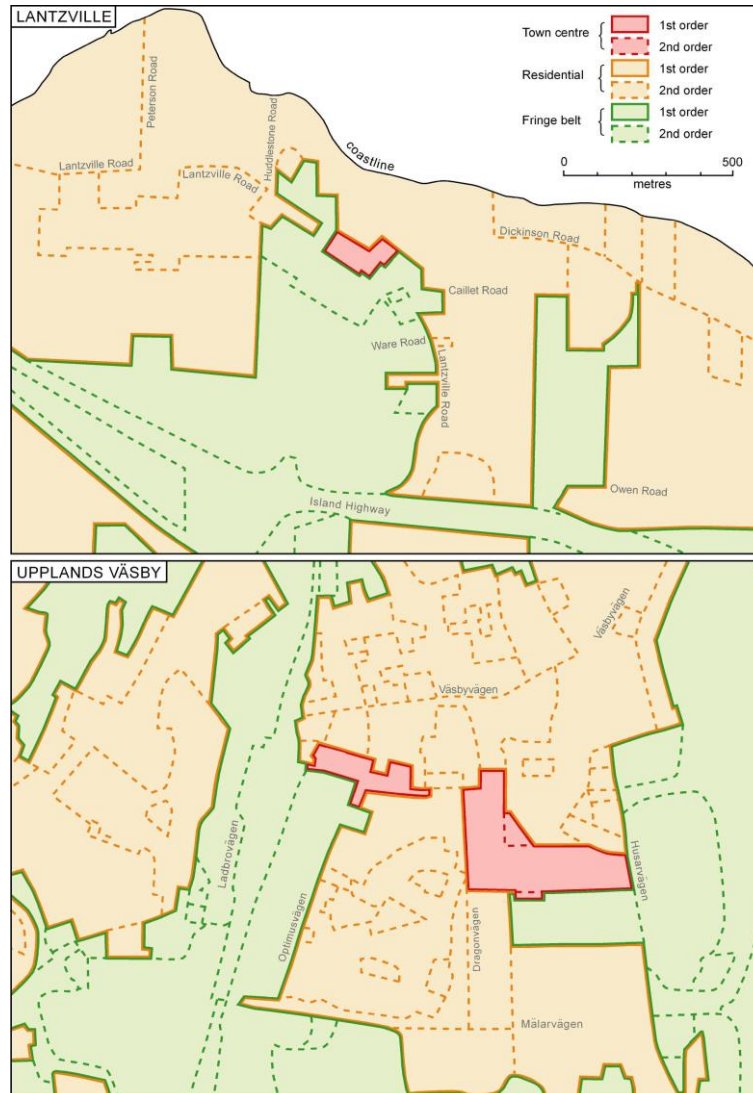


Figura 6. Unidades de paisagem urbana de primeira e segunda ordem em Lantzville, Ilha de Vancouver, Canadá em 2005 e Upplands Väsby, Suécia em 2008 (Fontes principais: pesquisas de campo do autor; imagem fotográfica de Lantzville (com limites de lote sobrepostos), datada de 1:5.000, fornecida pelo Distrito Regional de Nanaimo; ortofoto digital de Upplands Väsby por Lantmäteriet, 2005; e mapa de Upplands Väsby (com limites de lote) na escala de 1:10.000 (reconhecimento 1979) por Lantmäteriet)

Entretanto, os *fringe belts* nesses dois lugares se assemelhavam, tanto em densidade de unidades quanto na sua associação com ferrovias e estradas de acesso limitado e ambos proporcionavam restrições à transposição entre elas e formavam linhas de fixação significativas.

Partes dessas áreas são caracterizadas como o nível mais alto de resolução levando em conta

as variações dentro das unidades de segunda ordem nas formas externas (estilos arquitetônicos, tipos de construção, plantas de blocos e materiais de construção) de moradias individuais, como se observa na Figura 7, tomando em consideração as variações dentro das unidades de segunda ordem nas formas externas (estilos arquitetônicos, tipos de construção, plantas de blocos e materiais de construção) de moradias particulares.



Figura 7. Unidades de paisagem urbana de primeira, segunda e terceira ordem no noroeste de Lantzville, Ilha de Vancouver, Canadá em 2005 e nordeste de Upplands Väsby, Suécia em 2008 (Fontes principais: pesquisas de campo do autor; imagem fotográfica de Lantzville (com limites de lote sobrepostos), datada de 2004, na escala de 1:5.000, fornecida pelo Distrito Regional de Nanaimo; ortofoto digital de Upplands Väsby por Lantmäteriet, 2005; e mapa de Upplands Väsby (com limites de lote) na escala de 1:10.000 (reconhecimento 1979) por Lantmäteriet

Nas áreas residenciais de Lantzville há muitas unidades de terceira ordem, já que praticamente todos os lotes individuais são unidades distintas deste nível, que refletem predominantemente a influência dominante de proprietários-ocupantes individuais. Em Upplands Väsby, as unidades de segunda ordem variam muito em extensão, pois contêm no seu interior unidades de terceira ordem: isso é principalmente produto da mistura de paisagens anteriores criadas por atividades predominantemente particulares de construção e, mais tarde, por esquemas corporativos de moradias múltiplas muito mais homogêneos.

Embora regionalizações detalhadas sejam necessárias para muitos propósitos, mapas que mostram apenas o nível mais alto na hierarquia podem ser meios eficazes de articular comparações grosseiras.

A Figura 8, baseada no estudo de Bienstman (2007) da cidade holandesa de Alkmaar e da cidade inglesa de Bromsgrove, revela contrastes marcantes entre essas cidades nas

configurações de seus núcleos e nos *fringe belts* internos.

Em Alkmaar, há um *fringe belt* interno contínuo intimamente associado às fortificações renascentistas da cidade. Este espaço estreito e homogêneo é dominado por espaços públicos abertos e por água. Sua história foi influenciada por duas linhas de fixação quase paralelas — a muralha da cidade e, a uma curta distância, um canal circunscrito (Figura 8). O núcleo relativamente extenso da cidade (a Cidade Velha) é cercado pelo espaço marginal e consiste principalmente de um traçado medieval. As extensões residenciais imediatamente além do espaço marginal são, em grande parte, produtos da era industrial. Em comparação com a Cidade Velha, os lotes aqui são mais atarracados e regulares e as linhas que separam as séries de lotes reunidos nos fundos uns nos outros são muito mais retas. Em planta, as formas de ocupação e uso do solo e o *fringe belt* diferem substancialmente das extensões residenciais e do núcleo urbano tradicional que elas separam.

Em contraste, Bromsgrove, que também é de origem medieval, apresenta um *fringe belt*

interno muito mais extenso – muito maior do que seu núcleo comercial (Figura 8).

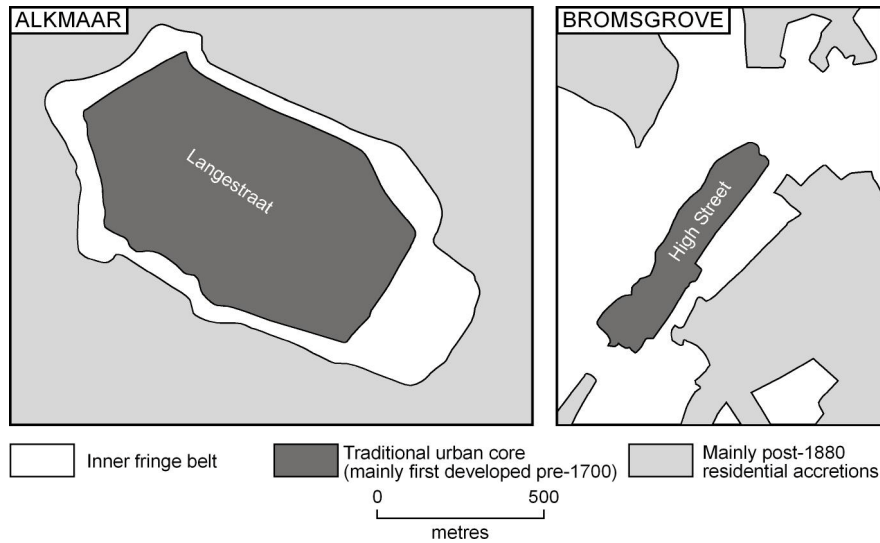


Figura 8. Unidades de paisagem urbana de primeira ordem nas áreas centrais de Alkmaar, Holanda, e Bromsgrove, Inglaterra, em 2005 (Baseado em Bienstman, 2007, Figs 5.11 e 5.21)

Ao contrário de Alkmaar, havia reduzida demanda por terrenos destinados às construções residenciais no espaço externo ao núcleo medieval até o século XX. Isso tornou relativamente fácil, no século XIX e até mais tarde, para que as terras na então orla da cidade, fora do núcleo medieval, fossem adquiridas para ocupações institucionais que demandassem espaço, como escolas, campos esportivos e recreativos, serviços públicos, um mercado de gado, um cemitério e um hospital. Como em Alkmaar, o *fringe belt* interno contrasta acentuadamente tanto com o núcleo urbano tradicional que ele circunda quanto com os extensos acréscimos residenciais além dele.

A base para comparações dos *fringe belts* ainda é muito limitada à Europa e à América do Norte. No entanto, estudos em andamento estão ampliando o escopo geográfico (M. P. Conzen, 2009; Gu, 2008).

Pesquisas preliminares sobre Lusaka, Zâmbia, ilustram o papel que as influências coloniais britânicas têm desempenhado desde o início da cidade, no início do século XX, incluindo um legado contínuo desde que a Zâmbia se tornou independente em 1964. O *fringe belt* que separa as áreas mais centrais da cidade de seus subúrbios orientais foi em parte reconhecida, embora não em nome, no plano do governo britânico de 1933 (Collins, 1986, pp. 95-106). Comparado com os *fringe belts* do século XX, que foram investigados na

Europa (veja, por exemplo, Ducom, 2005; Whitehand e Morton, 2003), esse trecho de *fringe belt* (Figura 9) contém uma proporção ainda maior de espaços abertos extensos.

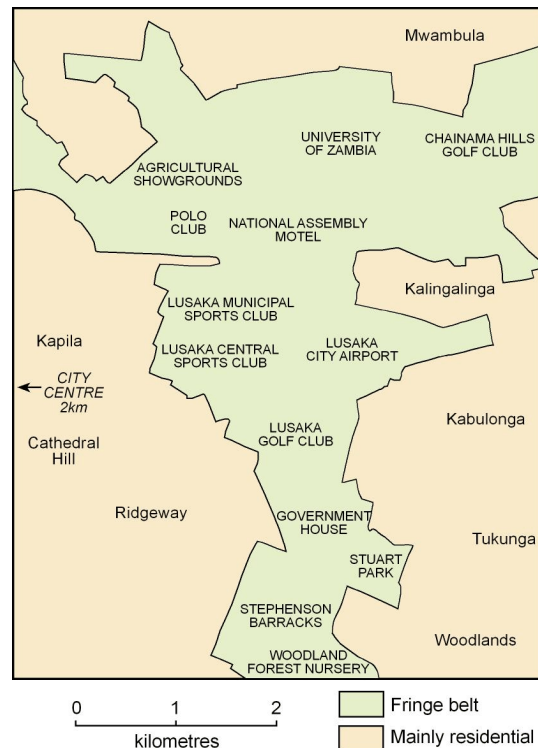


Figura 9. Seção oriental das zonas de hiato urbano de Lusaka, Zâmbia, em 1993, separando as áreas internas da cidade dos subúrbios orientais (Fontes principais: pesquisa de campo do autor e planta de rua da cidade de Lusaka na escala de 1:20.000 preparada pelo Survey Department, Lusaka, 1983/4)

Isso reflete sua posição dentro da parte da cidade que era, até a independência da Zâmbia, ocupada pela população minoritária de colonos. Ela é caracterizada por uso de terras recreativas, educacionais e governamentais espaçosas, e contém vários serviços públicos e o aeroporto original da cidade.

Aplicações transculturais

Até recentemente, a abordagem da regionalização morfológica discutida aqui tem sido quase totalmente limitada em sua aplicação a ambientes culturais ocidentais. No entanto, nos últimos anos, a mesma interpretação foi adotada no ambiente cultural muito diferente do Leste Asiático e é apropriado refletir aqui sobre alguns dos resultados.

É evidente, a partir da análise da planta da antiga cidade chinesa de Pingyao, que os tipos de estudos realizados por Conzen e seus

seguidores também podem ser esclarecedores neste ambiente cultural muito díspar. A análise da tríade de elementos do plano urbano (ruas, lotes, tecidos urbanos e blocos edificados) permite que as principais características de desenvolvimento da cidade sejam articuladas (Whitehand e Gu, 2007a). Isso ocorre, apesar do fato de que as fontes históricas sejam carentes em comparação àquelas disponíveis no Ocidente, não obstante isso signifique que a conjectura desempenhe maior papel na reconstrução do desenvolvimento daquela paisagem urbana.

O estudo de uma pequena área próxima à Cidade Proibida de Pequim demonstrou a aplicabilidade de uma regionalização morfológica completa (Whitehand e Gu, 2007b) e sua eficácia em articular a paisagem urbana atual como um produto de séculos de desenvolvimento. A hierarquia de dois níveis de unidades de paisagem urbana principais e secundárias foi reconhecida (Figura 10).

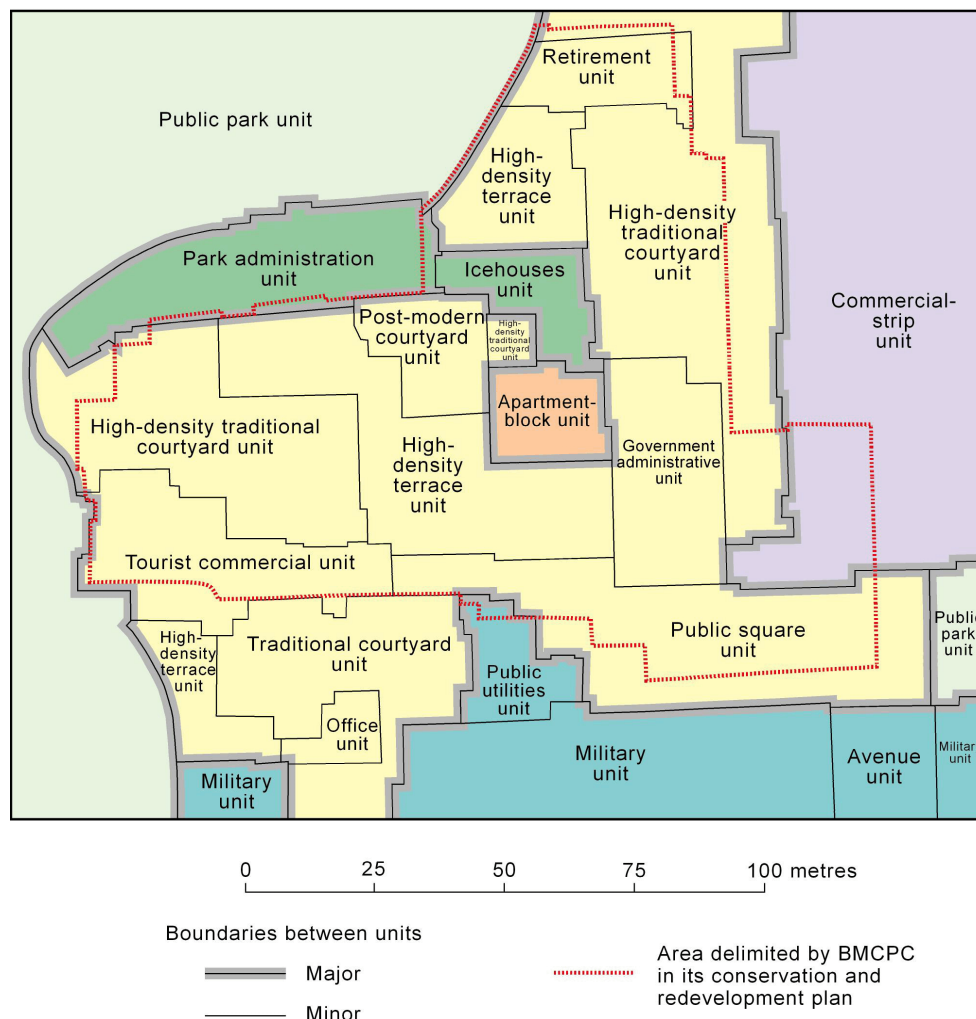


Figura 10. Unidades de paisagem urbana na área de Zhishanmen, Pequim em 2006 (Baseado em Whitehand e Gu, 2007b, Fig. 7)

A maioria das unidades de ordem inferior são subdivisões da unidade principal, predominantemente residencial, que se estende por grande parte do núcleo nesta área. Esta é uma paisagem intrincada, comparada às paisagens suburbanas anteriormente consideradas, mas também muito distinta no caráter das unidades individuais das complexas paisagens europeias tradicionais, às quais esse método de regionalização foi aplicado pela primeira vez.

Regionalização morfológica urbana e planejamento de conservação

O fato de a regionalização morfológica urbana ser uma abordagem amplamente abrangente para a forma urbana torna previsível que, em alguns aspectos, ela se assemelhe aos outros métodos de junções de paisagens urbanas e, em particular, de mapeamento de sua estrutura. Índices e mapeamentos em que tipos de edifícios semelhantes são agrupados (veja, por exemplo, Whitehand, 1965, pp. 293-8; Whitehand e Carr, 2001, pp. 76-8) e aplicações do conceito de tecido urbano (veja, por exemplo, Caniggia e Maffei, 2001, pp. 118-61; Kropf, 1996a) são exemplos de métodos baseados em princípios semelhantes. Eles também são relevantes para o que, talvez, seja o aspecto da regionalização morfológica urbana mais relevante no planejamento urbano: a base que ele fornece para a conservação. Muitos dos estudos já mencionados incluem considerações sobre a conservação e sobre as aplicações da regionalização morfológica e seu papel no planejamento ao qual o restante do artigo é dedicado.

Entre as aplicações de tipos de regionalização morfológica urbana no planejamento destacam-se as que foram empregadas em planos de zoneamento e regulamentação, sendo os *Plans d'Occupation des Sols* (Planos de uso do solo) na França (Kropf, 1996b), em *Planes Especiales* (Planos Especiais) na Espanha (Barke, 2003) e na delimitação de 'áreas de *design*' no Reino Unido (Hall, 1997). O primeiro deles se assemelha aos exemplos de regionalizações que foram considerados neste artigo. No entanto, de forma mais geral, o aspecto marcante das delimitações de áreas por órgãos governamentais para fins de conservação urbana e desenvolvimento urbano e gestão do

patrimônio é sua base deficiente na pesquisa sobre forma urbana e a ausência generalizada de um método sistemático de caracterização e delimitação das áreas a serem conservadas e protegidas. Essa deficiência há muito recebeu críticas sobre as áreas de conservação no Reino Unido (veja, por exemplo, Samuels, 1990, p. 415).

Posteriormente, houve algum reconhecimento pelas autoridades de planejamento que a delimitação das áreas de conservação e 'zonas de proteção do patrimônio' precisam ser referendadas numa base mais sólida.

Tardiamente, nos últimos anos, houve algum reconhecimento por parte das autoridades de planejamento de que a delimitação de áreas de conservação e 'zonas de proteção patrimonial' precisariam ser colocadas em uma base mais sólida.

Parece ser evidente nas tentativas de conservar o caráter físico-histórico de áreas urbanas, que seja essencial especificar esse caráter e a área sobre a qual ele existe. Uma delimitação bem aprofundada é fundamental. Qualquer coisa menos que isso pode ser contestada por investidores que buscam realizar empreendimentos que não estejam de acordo com o que está sendo conservado ou protegido.

Há necessidade de maior conscientização sobre uma base mais racional para delimitar áreas para fins de conservação e patrimônio, o que reflete, não menos importante, uma preocupação crescente sobre os empreendimentos incompatíveis reais e ameaçadores dentro ou próximos a essas áreas.

O English Heritage, o principal órgão nacional responsável pela proteção dessas áreas na Inglaterra, está envolvido em um programa de longo prazo de pesquisas de "áreas de caráter" (Thomas, 2006). Internacionalmente também há mudanças em andamento. O Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO está agora envolvido em longas discussões sobre paisagens urbanas históricas de forma mais ampla (Bandarin, 2006), pois, por muito tempo, o foco de atenção voltava-se para sítios e monumentos.

Numa pequena minoria de casos é possível estabelecer os critérios que foram usados por órgãos governamentais para a delimitação de

áreas que foram consideradas significativas para conservação, proteção do patrimônio ou um propósito de planejamento relacionado. Exceções para o nível mais baixo da hierarquia de planejamento são os tecidos urbanos reconhecidos como parte do plano de zoneamento e regulamentação para Mennecy, ao sul de Paris, França (Kropf, 1996b) e as áreas de caráter no plano paroquial de Barnt Green, mencionado anteriormente (Figura 5). Em cada caso, os morfólogos urbanos foram contratados pela autoridade local responsável pela preparação do plano.

Em pouquíssimos casos, as regionalizações morfológicas urbanas, como as desenvolvidas por Conzen, foram utilizadas em áreas de conservação e áreas de proteção patrimonial, comparadas às delimitações realizadas pelas autoridades locais para essas áreas. O trabalho

de Barrett (1996) é um exemplo no caso para áreas de conservação. Esta comparação também foi realizada por Bienstman (2007), em Alkmaar. Neste lugar, o Conselho Municipal contratou uma consultoria de design urbano para preparar um plano da “qualidade espacial” para a Cidade Velha no centro histórico. A intenção seria a identificação de “áreas de caráter” que orientassem o Conselho nas decisões de planejamento e, em particular, fornecessem uma base para melhorar a qualidade da paisagem urbana. No entanto, Bienstman (2007, pp. 195-6) aponta que os critérios pelos quais as delimitações se estabeleceram não foram esclarecidos pela autoridade local e as diferenças entre seus limites e aqueles baseados na sua regionalização de acordo o método de Conzen seriam substanciais (Figura 11).

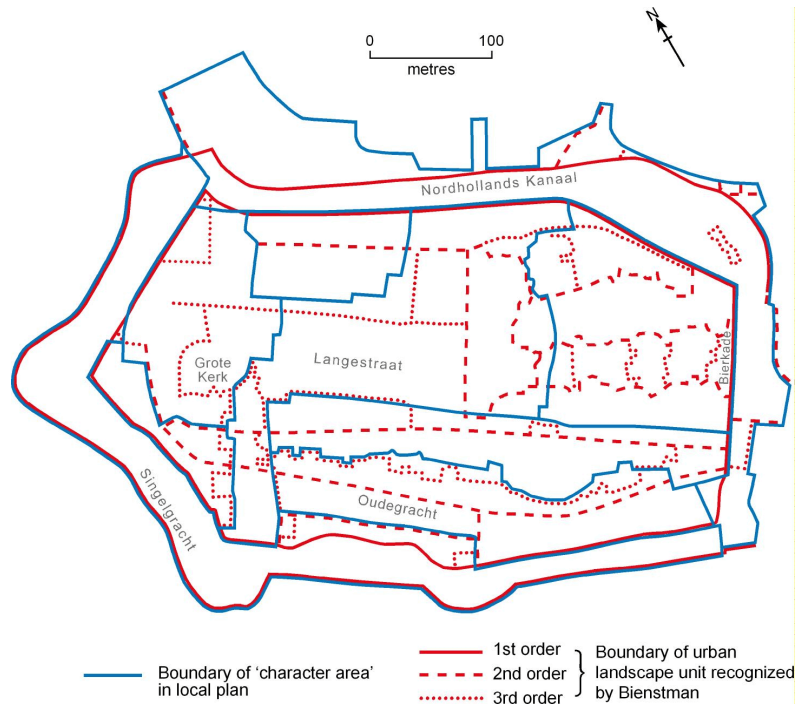


Figura 11. Áreas de caráter de autoridade local em 1999 (em azul) e unidades de paisagem urbana reconhecidas por Bienstman, em 2005 (em vermelho) no centro de Alkmaar, Holanda (Baseado em Bienstman, 2007, figs 5.11 e 6.2)

Uma correlação igualmente deficitária entre limites foi demonstrada no ambiente cultural muito diferente em Pequim. Na área estudada por Whitehand e Gu (2007b, pp. 654-65), grande parte do limite delineado pela Comissão de Planejamento da Cidade Municipal de Pequim em seu plano de conservação e redesenvolvimento não apresentava relação com os limites das unidades de paisagem urbana baseadas no método de Conzen (Figura 10).

Esses exemplos reforçam, em ambientes culturais contrastantes, o que Larkham (1990, pp. 354-7) enfatizou sobre o contexto britânico, referente à relação vulnerável entre os limites das unidades definidas pelas autoridades locais baseadas em pesquisas inadequadas e aquelas fundadas na investigação sistemática do caráter real das paisagens às quais deveria ser atribuído um significado especial.

Na grande maioria dos casos, as paisagens em questão refletem pouco mais do que um significado local. No entanto, problemas semelhantes surgem no caso de áreas cujas paisagens são de significado nacional ou internacional. Os limites dos Sítios do Patrimônio Mundial são um exemplo.

Assim como os limites de menor importância, os de sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial podem permanecer amplamente inquestionáveis até que um desenvolvimento controverso seja sugerido e afete a área designada. Um caso em questão é a cidade de São Petersburgo, na Rússia. Em 2006, um

edifício de escritórios de quase 400 m de altura foi proposto a uma curta distância do limite leste do Sítio do Patrimônio Mundial. Esse sítio, com cerca de 30 km² de extensão, é famoso por suas paisagens dos séculos XVIII e XIX. Mesmo na contemporaneidade, reduzidas estruturas do monumento se elevam acima de cinco pavimentos, o que é um aspecto fundamental. O caráter e a extensão física das paisagens históricas de São Petersburgo são evidentemente pertinentes ao debate sobre a adequação de mudanças nessas paisagens. Desde a inscrição do sítio em 1990, houve várias mudanças em seus limites. A Figura 12 mostra o limite proposto em 2005.

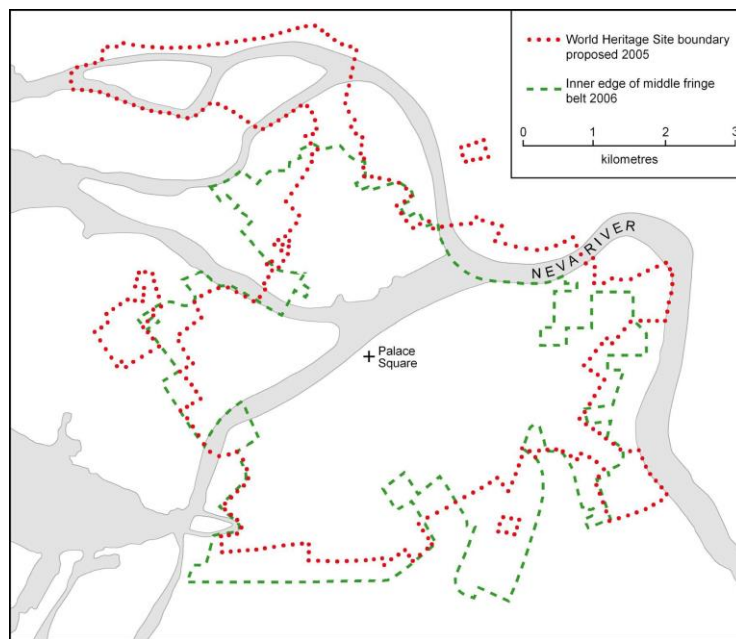


Figura 12. Limite do Sítio do Patrimônio Mundial (em vermelho) e borda interna do cinturão de franjas do meio (em verde), São Petersburgo, Rússia (Fontes principais: informações fornecidas pelo Comitê de Inspeção e Proteção Estatal de Monumentos Históricos, Cidade de São Petersburgo; pesquisa de campo do autor; e imagens do Google Earth)

Esta paisagem também contém na borda um *fringe belt* interno no meio da cidade, que essencialmente segue os limites da área construída da cidade existente no final da Primeira Guerra Mundial. Este *fringe belt* constitui um grande hiato no crescimento da cidade naquela época. O seu caráter também reflete os inúmeros tempos anteriores do lento crescimento físico externo da cidade (em comparação aos seus consideráveis aumentos internos na densidade populacional) durante os quais usos extensivos da terra se acumularam na então franja urbana. A borda interna do *fringe belt* ainda é, em grande parte de sua extensão, um resistente demarcador dos limites da cidade dos séculos XVIII e XIX como uma entidade construída, que merece o

devido reconhecimento em delimitações da paisagem urbana. O limite do Patrimônio Mundial, pelo contrário, exclui muitas áreas internas a esse limite e inclui muitas externas a ele. As que estão externas são particularmente ocupadas por instituições em grandes locais apropriados perto da área construída da cidade no século XIX, ou mesmo antes. Esse padrão de extensos locais periféricos contrastando com a área densamente construída em geral é claramente descrito no mapa da cidade em 1834 (Davies, 1834), quando a borda externa da área construída já havia assumido muito da configuração que retinha cerca de 80 anos depois.

Esse padrão de desenvolvimento histórico-geográfico no qual uma área construída compacta é sucedida externamente por um extenso *fringe belt* é um aspecto importante da forma urbana de São Petersburgo.

Ele precisa ser reconhecido como tal na decisão sobre quais áreas devem ser incluídas no Sítio do Patrimônio Mundial, pois fornece a base para a proteção do patrimônio que é fundamentada na unidade histórico-geográfica do que está sendo protegido. Sítios históricos dispersos mais distantes da borda interna do *fringe belt* podem ser identificados separadamente, pois, incorporá-los no interior da área inscrita de um *fringe belt* muito extenso não seria apropriado, já que muitas de suas unidades tem relativamente pouca significância histórica.

Conclusão

Um dos principais desafios que a morfologia urbana enfrenta na contemporaneidade é a provisão de bases sólidas para pesquisa comparativa e sua aplicação efetiva na prática de planejamento. Embora a descoberta da multiplicidade de fatores que influenciam a diferenciação interna da forma urbana tenha uma longa história, métodos sistemáticos de articulação das áreas distintas que surgem têm sido morosos para receber avaliação em publicações amplamente disponíveis. Isso contribuiu para incertezas na aplicação desses métodos e exacerbou o uso de substitutos inconsistentes, particularmente no planejamento. A regionalização morfológica urbana nas linhas exploradas por Conzen merece exame e disseminação mais abrangente. As origens e o desenvolvimento do método, sua utilização em diversas variantes, sua aplicação em diferentes tipos de áreas urbanas e diferentes partes do mundo e seu potencial no planejamento de conservação foram descritos brevemente neste artigo.

Embora o método se apoie em antecedentes impecáveis, particularmente os da geografia alemã, seu desenvolvimento na morfologia urbana durante as décadas de 1960 e 1980 atraiu reduzida atenção fora deste campo imediato. Isso refletiu, dentre outras coisas, uma cobertura frágil nas publicações proeminentes e a ausência de representações simples o suficientemente para possibilitar a sua compreensão além dos conhecedores.

Dentre as variantes do método que foram desenvolvidas posteriormente, muitas delas não publicadas, foram resumidas neste artigo. O modo pelo qual os diferentes componentes da forma urbana podem ser mapeados isoladamente para então fornecer a base para um mapa composto, representando uma hierarquia de unidades de paisagem urbana foi exemplificado e revisado. Resultados convincentes foram obtidos em áreas de características físicas e culturais excessivamente distintas. No entanto, o método precisa ser utilizado em conjunto com os conceitos de ampla significância, não apenas no estudo de processos de crescimento e transformação, mas também pela sua incorporação no grão histórico da paisagem urbana: o conceito de *fringe belt* é um excelente exemplo. No que diz respeito às comparações entre áreas, é importante dizer que as regionalizações estejam no mesmo nível de resolução em cada uma delas.

O reconhecimento de unidades de paisagem urbana não é passível da aplicação num conjunto de regras aplicadas mecanicamente: a paisagem urbana é complexa demais para isso e Conzen forneceu um método amplamente aplicável. Mas seria irrealista esperar que isso fosse desenvolvido a ponto de permitir que padrões de unidades de paisagem urbana fossem precisamente replicados por diferentes pesquisadores ou profissionais trabalhando independentemente na mesma área. Mesmo em áreas urbanas completamente pesquisadas e providas de registros, há inevitavelmente diferenças entre as delimitações por distintos pesquisadores. Mais obviamente, ao decidir se um limite deve ser delineado de uma forma ou de outra, há casos em que os argumentos são efetivamente equilibrados.

É fundamental para os pesquisadores, e também importante para os profissionais, que a regionalização morfológica urbana seja entendida tanto em relação à história da paisagem urbana, incluindo as tomadas de decisões subjacentes, quanto como parte de uma perspectiva mais ampla de pesquisa morfológica urbana.

Historicamente, as formas físicas de cidades e vilas são influenciadas de várias maneiras. Uma delas, que foi enfatizada neste artigo, é pelo ambiente provido pelas formas

existentes, especialmente o seu projeto de assentamento. Uma segunda e raramente considerada refere-se às formas, mais obviamente a dos edifícios, que embora incorporem inovações características do período de sua construção, também trazem aquelas “herdadas” de gerações anteriores. Além disso, para entender o processo de criação e transformação do mosaico de unidades de paisagem urbana é necessário considerar não apenas as sequências físicas das quais o mosaico é um produto, mas também as atividades subjacentes, planejadas e espontâneas que ele reflete.

É sob essa luz que a apreciação do contexto mais amplo da regionalização morfológica urbana pode ser vista como importante. Dois pontos em particular precisam ser aprendidos. Primeiro, a regionalização morfológica urbana depende, em grande parte, da eficácia do conhecimento histórico-geográfico e de outros conhecimentos da área à qual ela é aplicada. Como Conzen demonstrou, esse conhecimento surge e é demonstrável por meios complementares aos métodos essencialmente cartográficos empregados neste artigo. Em segundo lugar, há limites para a extensão no qual as dinâmicas urbanas complexas podem ser mapeadas. As regionalizações são um dispositivo para articular a estrutura urbana, mas sempre há mais nessa estrutura do que pode ser contida no mapa.

Uma vez que a regionalização morfológica urbana fornece um meio tão eficaz para desvendar e representar os atributos das próprias características às quais uma parte considerável da conservação urbana e da proteção do patrimônio é direcionada, sua subutilização conspícua nesses campos de planejamento é uma falha importante. Esse defeito é decorrente, em parte, talvez em grande parte, de uma combinação de disseminação limitada.

Como a regionalização morfológica urbana fornece um meio eficaz para esclarecer e representar as características dos quais os próprios atributos, em parte considerável da conservação urbana e da proteção do patrimônio, para qual é direcionada, sua subutilização visível nesses campos de planejamento é uma deficiência grave. Essa imperfeição decorrente em parte, ou talvez em

grande parte, de uma mistura da disseminação limitada por meio de publicações tradicionais, pela comunicação deficiente entre disciplinas relevantes e vínculos fracos entre pesquisa e prática, precisa ser retificada urgentemente.

Com relação à pesquisa, o escopo para a aplicação mais ampla da regionalização morfológica urbana é evidente. Os estudos individuais que foram considerados neste artigo revelam graficamente, em várias escalas, aspectos-chave da estrutura histórico-geográfica de paisagens urbanas. Porém mais importante, se considerados em conjunto, indicam o escopo onde a regionalização morfológica urbana proporciona comparações intra e interurbanas para estudos transculturais. Este último aspecto é particularmente importante no estágio atual do desenvolvimento internacional da morfologia urbana. Embora os detalhes do método e como ele deve ser aplicado em circunstâncias específicas provavelmente continuem sendo uma questão de discussão por algum tempo, eles são muito menos importantes do que a apreciação de sua utilidade no desenvolvimento atual da morfologia urbana como um campo organizado de conhecimento.

Agradecimentos

Pela assistência no campo e na obtenção de informações para áreas individuais, o autor é grato a Len Evenden; Tom Sohler, coordenador de GIS, Distrito Regional de Nanaimo; T. Hakuyu, Departamento de Planejamento, cidade de Lusaka; Robert Pim, CIDA; Vera Dementyeva, Presidente, Comitê de Inspeção e Proteção Estatal de Monumentos Históricos, cidade de São Petersburgo; Margaret Pim; Dennis Rodwell; Richard Whitehand e Susan Whitehand. Michael Conzen, Heather Barrett e Hiske Bienstman por fornecer comentários valiosos sobre um rascunho do artigo. As ilustrações foram preparadas para publicação por Anne Ankcorn.

Referências

- Arntz, K.(1999) ‘Landscape: a forgotten legacy’ *Area* 31, 297-300.
- Baker, N. J. and Slater, T. R. (1992) ‘Morphological regions in english medieval towns’, in Whitehand, J. W. R. and

- Larkham, P. J. (eds.) *Urban landscapes: international perspectives* (Routledge, London) 43-68.
- Bandarin, F. (2006) 'Towards a new standard setting instrument for managing the historic urban landscape', in Patricio, T., Van Balen, K. and de Jonge, K. (eds.) *Conservation in changing societies: heritage and development* (Raymond Lemaire International Centre for Conservation, Katholieke Universiteit Leuven, Leuven) 27-36.
- Barke, M. (2003) 'Urban landscape regions and conservation: new approaches and problems in Antequera, Málaga Province, Spain', *Urban Morphology* 7, 3-13.
- Barrett, H. J. (1996) 'Townscape changes and local planning management in city conservation areas', unpublished PhD thesis, University of Birmingham.
- Bienstman, H. (2007) 'Morphological concepts and urban landscape management: the cases of Alkmaar and Bromsgrove', unpublished PhD thesis, University of Birmingham.
- Birkhamshaw, A. (2005) 'Towards an alternative view of urban conservation', in Barke, M. (ed.) *Approaches in urban morphology* (Division of Geography, University of Northumbria, Newcastle upon Tyne) 92-9.
- Bobek, H. (1927) 'Grundfragen der Stadtgeographie', *Geographischer Anzeiger* 28, 213-24.
- Caniggia, G. and Maffei, G. L. (2001) *Interpreting basic building: architectural composition and building typology* (Alinea, Firenze).
- Collins, J. (1986) 'Lusaka: the historical development of a planned capital, 1931-1970', in Williams, G. J. (ed.) *Lusaka and its environs: a geographical study of a planned capital city in tropical Africa* (Zambia Geographical Association, Lusaka) 95-137.
- Conzen, M. P. (2009) 'How cities internalize their former urban fringes: a cross-cultural comparison', *Urban Morphology* 13, 29-54.
- Conzen, M. R. G. (1932) 'Die Havelstädte', unpublished Staatsexamen dissertation, University of Berlin.
- Conzen, M. R. G. (1958) 'The growth and character of Whitby', in Daysh, G. H. J. (ed.) *A survey of Whitby and the surrounding area* (Shakespeare Head Press, Eton) 49-89.
- Conzen, M. R. G. (1960) *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis* Institute of British Geographers Publication 27 (George Philip, London).
- Conzen, M. R. G. (1966) 'Historical townscapes in Britain: a problem in applied geography', in House, J. W. (ed.) *Northern geographical essays in honour of G. H. J. Daysh* (University of Newcastle upon Tyne, Newcastle upon Tyne) 56-78.
- Conzen, M. R. G. (1969) *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis* Institute of British Geographers Publication 27 (Institute of British Geographers, London) 2nd edn.
- Conzen, M. R. G. (1975) 'Geography and townscape conservation', in Uhlig, H. and Lienau, C. (eds.) *Anglo-German Symposium in Applied Geography, Giessen-Würzburg-München* (Lenz, Giessen) 95-102.
- Conzen, M. R. G. (1988) 'Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow', in Denecke, D. and Shaw, G. (eds.) *Urban historical geography: recent progress in Britain and Germany* (Cambridge University Press, Cambridge) 253-72.
- Conzen, M. R. G. (2004) *Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998* (Peter Lang, Oxford).
- Davies, B. R. (engraver) (1834) *St Petersburg* (Baldwin&Cradock, London).
- Ducom, E. (2005) 'Fringe belts in French cities: a comparative study of Rennes, Nantes and Tours', in Barke, M. (ed.) *Approaches in urban morphology* (Division of Geography, University of Northumbria, Newcastle upon Tyne) 34-43.
- Freyer, H. (1934) *Theorie des objektiven Geistes: eine Einleitung in die Kulturphilosophie* (Teubner, Leipzig).

- Fritz, J. (1894) *Deutsche Stadtanlagen* Beilage zum Programm 520 des Lyceums zu Strassburg (Heitz & Mündel, Strassburg).
- Granö, J. G. (1929) 'Reine Geographie: eine methodologische studie beleuchtet mit Beispielen aus Finnland und Estland', *Acta geographica Helsingfors* 2, 1-202.
- Gu, K. (2008) 'Urban morphology and planning: exploring the fringe belt concept in Auckland, New Zealand', unpublished paper presented to the *Fifteenth International Seminar on Urban Form*, Artimino, Italy, November.
- Hall, A. C. (1997) 'Dealing with incremental change: an application of urban morphology to design control', *Journal of Urban Design* 2, 221-39.
- Hartshorne, R. (1939) *The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past* (Association of American Geographers, Lancaster, PA).
- Jones, A. N. (1991) 'The management of residential townscapes: an investigation of development in mature residential areas of the West Midlands and Outer Metropolitan Area', unpublished PhD thesis, University of Birmingham.
- Keyser, E. (1958) *Städte gründungen und Städte-bau in Nordwest deutschland in Mittelalter. Der Stadtgrundriß als Geschichtsquelle* 2 vols. Forschungen zur deutschen Landeskunde 111 (Bundesanstalt für Landeskunde, Remagen).
- Kropf, K. S. (1993) 'An enquiry into the definition of built form in urban morphology', unpublished PhD thesis, University of Birmingham.
- Kropf, K. S. (1996a) 'Urban tissue and the character of towns', *Urban Design International* 1, 247-63.
- Kropf, K. S. (1996b) 'An alternative approach to zoning in France: typology, historical character and development control', *European Planning Studies* 4, 717-37.
- Larkham, P. J. (1990) 'Conservation and the management of historical townscapes', in Slater, T. R. (ed.) *The built form of Western cities: essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday* (Leicester University Press, Leicester) 351-69.
- Neef, E. (1967) *Die theoretischen Grundlagender Landschafts lehre* (Haack, Gotha).
- Passarge, S. (ed.) (1930) *Stadtlandschaften der Erde* (Friederichsen, de Gruyter, Hamburg).
- Samuels, I. (1990) 'Architectural practice and urban morphology', in Slater, T. R. (ed.) *The built form of Western cities: essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday* (Leicester University Press, Leicester) 415-35.
- Schlüter, O. (1899a) 'Überden Grundriss der Städte', *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* 34, 446-62.
- Schlüter, O. (1899b) 'Bemerkungen zur Siedlungs-geographie', *Geographische Zeitschrift* 5, 65-84.
- Schwind, M. (1951) 'Kultur landschaft als objektivierter Geist', *Deutsche geographische Blätter* 46, 5-28.
- Slater, T. R. (1990) 'Starting again: recollections of an urban morphologist', in Slater, T. R. (ed.) *The built form of Western cities: essays for M. R. G. Conzen on the occasion of his eightieth birthday* (Leicester University Press, Leicester) 23-36.
- Spranger, E. (1936) *Probleme der Kulturmorphologie* Sonder ausgabe aus dem Sitzungsbericht der Preussischen Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-Historische Klasse (Walter de Gruyter, Berlin).
- Stedman, M. B. (1958) 'The townscape of Birmingham in 1956', *Transactions of the Institute of British Geographers* 25, 225-38.
- Thomas, R. M. (2006) 'Mapping the towns: English Heritage's urban survey and characterisation programme', *Landscapes* 7, 68-92.
- Thurston, H. S. (1953) 'The urban regions of St Albans', *Transactions of the Institute of British Geographers* 19, 107-21.
- Ward, D. (1962) 'The pre-urban cadaster and the urban pattern of Leeds', *Annals of the Association of American Geographers* 52, 150-66.

- Whitehand, J. W. R. (1965) 'Building types as a basis for settlement classification', in Whittow, J. B. and Wood, P. D. (eds.) *Essays in Geography for Austin Miller* (University of Reading, Reading) 291- 305.
- Whitehand, J. W. R. (1977) 'The basis for an historico-geographical theory of urban form', *Transactions of the Institute of British Geographers* NS 2, 400-16.
- Whitehand, J. W. R. (1981) 'Background to the urban morphogenetic tradition', in Whitehand, J. W. R. (ed.) *The urban landscape: historical development and management* Institute of British Geographers Special Publication 13 (Academic Press, London) 1-24.
- Whitehand, J. W. R. (1989) *Residential development under restraint: a case study in London's rural-urban fringe* School of Geography University of Birmingham Occasional Publication 28 (School of Geography, University of Birmingham, Birmingham).
- Whitehand, J. W. R. (2007) 'Conzenian urban morphology and urban landscapes', in Kubat, A. S., Ertekin, Ö., Güney, Y. I. and Eyübolu, E. (eds.) *6th International Space Syntax Symposium Proceedings* Vol. 1 (ITU, Faculty of Architecture, Istanbul) ii, 01-09.
- Whitehand, J. W. R. and Carr, C. M. H. (2001) *Twentieth-century suburbs: a morphological approach* (Routledge, London).
- Whitehand, J. W. R. and Gu, K. (2007a) 'Extending the compass of plan analysis: a Chinese exploration', *Urban Morphology* 11, 91-109.
- Whitehand, J. W. R. and Gu, K. (2007b) 'Urban conservation in China: historical development, current practice and morphological approach', *Town Planning Review* 78, 643-70.
- Whitehand, J. W. R. and Morton, N. J. (2003) 'Fringe belts and the recycling of urban land: an academic concept and planning practice', *Environment and Planning B: Planning and Design* 30, 819-39.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

The structure of urban landscapes: strengthening research and practice

Abstract. *Methods of articulating the historico-geographical structure of urban landscapes are fundamental to urban morphology and have considerable, but insufficiently recognized, potential in planning. M. R. G. Conzen made a major contribution to their development, notably between the late 1950s and the late 1980s. He demonstrated in traditional British towns and cities how the way in which the urban landscape is historically stratified, reflecting the distinctive residues of past periods, gives rise to a hierarchy of morphological regions or urban landscape units. In the past 20 years, there have been applications and adaptations of Conzen's methods, and demonstrations of their potential in conservation and heritage planning, in other types of urban areas and other parts of the world, including the Far East. However, it is essential that urban morphological regionalization is grounded in sensitivity to the dynamics of the urban landscape and, especially in comparisons of different urban areas, that there is awareness of the level of resolution at which urban landscape units are delimited. Carefully applied, this method can make an important contribution to meeting a major challenge facing urban morphology today: the provision of sound bases for comparative research and its application in planning practice.*

Keywords. *urban landscape unit, morphological region, historical urban landscape, Conzen, fringe belt, urban conservation*

Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.
Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

